

ECONOMIA AGRÍCOLA: CONTRIBUIÇÃO REAL NO REAL

Dorival Gomes Geraldine¹

Resumo:

Neste artigo discutiu-se a inserção do setor agrícola, como “âncora verde”, no Plano Real, no período de 1994 a 2005. Analisou aspectos relacionados à paridade agregada de preços recebidos e pagos à produtos de origem de lavouras, animais e agropecuária; paridade de preços recebidos e pagos com relação a seis tipos de insumos; efeitos inflacionários sobre quatorze atividades e efeitos da taxa de câmbio nas exportações e importações do setor. Percebeu-se que o setor exerceu seu papel de “âncora verde” com transferência de recursos do setor agrícola aos demais setores, drenagem indireta e invisível de recursos através do processo inflacionário, perdas com relação à paridade de preços com insumos industriais e disponibilizou divisas externas com o crescimento das exportações e redução das importações.

Palavras-chaves: economia agrícola, plano real, âncora verde, paridade, contribuição.

Abstract

This paper aims is to discuss the agricultural sector insertion, the so called “green anchor”, in the Brazilian monetary called Real Plan, during the period from 1994 to 2005. Aspects such as the related to the aggregated prices parity received and payed have been analysed from products originated from agricultural, animal and agribusiness for six different inputs. Inflationary effects over fourteen activities and effects over exchange tax of exportation and importation of this sector. It can be perceived that the sector played its roll of “green anchor” by transferring resources from the agricultural sector to other sectors, draining directly and indirectly resources by the inflationary process. Losses related to parity of prices with industrial inputs and obtained external money by the increase of exportation and decrease of importation.

Key Words: Agricultural economy, Real Plan, Green Anchor, Equality, contribution

INTRODUÇÃO

A partir da publicação da Teoria Geral do emprego, dos juros e da moeda de Keynes, em 1936, mostrando que, a cada momento, o nível de emprego numa economia de mercado depende da proporção da renda que é gasta em consumo e investimento, desmistificando o paradigma neoclássico da Lei dos Mercados de Say, onde a produção criaria seu próprio mercado, o pensamento econômico mudou. A verdade torna-se outra, o organismo econômico não encontra equilíbrio naturalmente, é necessária a intervenção do

¹ Professor do Curso de Ciências Econômicas - UNuCSEH – Universidade Estadual de Goiás – UEG.

Estado através de política adequada de investimentos e incentivos que sustentem a demanda efetiva.

A incorporação de modelos econômicos, utilizando-se de instrumental estatístico e matemático, formaliza a ciência econômica e proporciona aos economistas, ações macroeconômicas que permitem interferir nos desequilíbrios econômicos dos países. Assim, a busca da plena capacidade da economia conjugada a altas taxas de crescimento; o baixo nível de desemprego presente e futuro; a estabilidade dos preços com níveis relativos estruturalmente equilibrados, e, transações externas equilibradas entre as exportações e importações com taxa de câmbio estável, tornam-se os principais fins perseguidos pelos administradores do sistema econômico.

Dentre os instrumentos que podem ser acionados como meios para alcançar os objetivos desejados, a ciência econômica, disponibiliza a política fiscal que procura disciplinar os dispêndios de consumo e investimentos do governo, os tributos diretos e indiretos, a pagamentos de transferências e subsídios; a política monetária que controla a oferta de moeda afetando a taxa de juros e intervém nas operações de crédito; a política cambial e de relações econômicas externas que intervém no mercado cambial e na política de comércio com o estabelecimento de quotas, tarifas e proteções não tarifárias, além de exercer controle aos capitais externos de risco, e, a política de rendas que exerce forte presença na política salarial e nas demais remunerações dos fatores de produção (ROSSETTI, 2000).

As características específicas de cada setor de produção², na composição da economia do País, proporcionam que os reflexos de cada ação, desenvolvida pelos formuladores das políticas econômicas, sejam diferenciados em relação aos respectivos setores, via de regra o desenvolvimento não é harmônico³. Na carta do IBRE, conjuntura econômica, fev/98, referindo-se à agricultura no Brasil como elo mais fraco da economia, comentam que:

[...] a análise da economia por meio de grandes agregados (PIB, consumo, poupança, etc.) esconde mais do que revela [...] o dado agregado esconde

² Segundo Colin Grant Clark existem três setores básicos na economia de um país. O setor primário que reúne as atividades agropecuárias e extrativas; o setor secundário engloba a produção de bens físicos por meio da transformação de matérias-primas, inclui a produção fabril e o setor terciário que abrange os serviços em geral (Sandroni, 1987).

³ Em muitos países subdesenvolvidos observa-se um flagrante descompasso intersetorial caracterizando o ritmo de expansão econômica, o que tem constituído sério obstáculo a todo processo (Araújo, 1975).

dramáticas assimetrias intra-setoriais cujos custos, em termos de desemprego de mão-de-obra e destruição de capitais aplicados no campo, serão inevitavelmente cobrados no futuro...grave, entretanto, é a situação das lavouras que produzem essencialmente para o mercado interno. A abertura comercial ao exterior, que discriminou o setor agrícola ao definir a estrutura tarifária, a política de valorização cambial e as altas taxas de juros internas tiveram o significado inequívoco de impor preços cadentes nessas lavouras; ao longo da presente década, a redução de preços foi de 28,6%, ou 4,7%, em média anual...o câmbio supervalorizado e a estrutura tarifária discriminatória contra a agricultura fazem o resto do estrago...a agricultura brasileira é também violentamente prejudicada pelas políticas de proteção ao setor rural nos países desenvolvidos. Elas distorcem os preços internacionais, tornando-os indicadores inadequados do verdadeiro custo de oportunidade dos recursos domésticos.

Apesar dessas dificuldades, a incessante busca pelos economistas, em diversos países, pelo melhor caminho na consecução segura daqueles fins, tem sido perseguido constantemente. Os desvios e acertos aparecem e são analisados à luz dos dados gerados pelo próprio sistema. Nesse artigo, objetiva-se analisar contribuições advindas da agricultura, entendida como sendo o núcleo do agronegócio, e inter-relacionamentos internos e externos, como resultado da aplicação do chamado plano real.

OS PLANOS ECONÔMICOS

A realidade insiste em ser superior e mais complexa para ajustar-se aos modelos formulados para entendimento e solução de seus problemas. Na economia brasileira, um dos persistentes desequilíbrios que a acompanha há várias décadas, refere-se a estabilidade de seus preços com relatividade estrutural equilibrada, mais especificamente, tem-se a ocorrência de aumentos persistentes dos preços em geral com contínua perda do poder aquisitivo da moeda, fenômeno denominado de inflação dos preços. Corrigir esse desequilíbrio vem acompanhando a política econômica como um dos objetivos mais importante.

O Brasil já conviveu com diferentes patamares de inflação; entretanto, no final da década de 1950 começou a elevar-se em ritmo sem precedentes, SIMONSEN et al, 1979, comentam a este respeito dizendo que:

o governo Kubitschek terminou seu mandato em meio a violentas pressões inflacionárias de ordem monetária, fiscal e salarial, reprimidas pelos mais variados controles de preços e de taxas de câmbio...as taxas anuais de aumento

de preços, que em 1960 se situavam em torno de 30%, subiram para a ordem dos 80% em 1963 e 92% em 1964.

Na década dos anos 70, persistem os níveis altos e volatilidade crescente. Já em 1988, ano da edição da constituição cidadã, a inflação atingia 1037,6% e 1782,9% em 1989, culminando com 2708,2% em 1993 (PEREIRA, 1998). Muitas tentativas de estabilização ocorreram antes de 1994, com diferentes diagnósticos, combinações de instrumentos de política econômica e tratamentos gradualistas ou de choque⁴ (TROSTER & MORCILLO, 2002). Assim na esteira dessas ações, iniciou-se em 1986, a edição de uma série de planos econômicos com diferentes tratamentos de choques que podem ser assim resumido, tabela 1.

Tabela 1. Planos econômicos no Brasil e tratamento de choque adotado.

Nome do Plano	Ano da edição	Tratamento de choque
Cruzado	1986	Heterodoxo
Bresser	1987	Heterodoxo
Verão	1989	Heterodoxo
Collor	1990	Ortodoxo
Collor II	1991	Ortodoxo
Real	1994	Heterodoxo e Ortodoxo

Fonte: adaptado de Troster & Morcillo, 2002.

⁴ A política econômica de choque subdivide-se em dois tipos: a) choque heterodoxo onde o combate à inflação consiste aplicar o congelamento de preços em todos os níveis durante um período determinado de tempo e liberar as políticas monetária e fiscal. b) choque ortodoxo em que o combate à inflação consiste em realizar um corte brusco da expansão monetária e redução intensa do déficit público, acompanhado de uma liberalização dos preços para que os mesmos encontrem livremente seu ponto de equilíbrio no mercado (Sandroni, 1987).

O último plano editado foi o Real⁵ denominação dada pelo nome da nova moeda introduzida, que trouxe uma estratégia heterodoxa porque adotou a Unidade Referencial de Valor (URV) e ao mesmo tempo conjugada com uma ortodoxa porque não negligenciou a importância do ajuste fiscal além de manter uma política monetária extremamente apertada.

A implantação deste plano foi dividida em três fases, sendo a primeira, através de um ajuste fiscal, com cortes em gastos públicos e aumento de impostos, assegurando o equilíbrio orçamentário, considerado sua âncora fiscal. Na segunda e terceira fases utilizou-se um índice-moeda que refletia diariamente a inflação corrente, denominado de Unidade Referencial de Valor (URV), através da qual, ajustou-se os principais preços da economia e aplicações financeiras, conjugou-se com uma reforma monetária acompanhada de uma âncora cambial que transformou a URV na nova moeda, o Real, consideradas suas âncoras monetária e cambial (Pereira, 1998).

TROSTER & MORCILLO, 2002, ao comentar sobre os efeitos do plano real dizem que seus reflexos promoveram transformação estrutural irreversível na economia brasileira, pois ampliou os horizontes de investimentos, melhorou os ganhos de eficiência em todos os setores e abriu a economia para o resto do mundo, além de internamente, obter grande sucesso na estabilização dos preços e desindexar a economia, aumentou o consumo e transferiu renda para as camadas mais pobres. Entretanto, o desempenho fiscal e externo foi fraco e o país cresceu pouco e se tornou mais dependente do resto do mundo e mais vulnerável aos fluxos de investimentos externos.

A ECONOMIA AGRÍCOLA NO DESENVOLVIMENTO

Além de outros pesquisadores que historicamente enfatizaram a importância da agricultura no processo de desenvolvimento, foi Johnston e Mellor em 1961, que expressaram as funções que com o aumento da produção e produtividade o setor primário se habilita a contribuir efetivamente. Dentre essas, a provisão de alimentos e matérias-

⁵ Idealizado pelos economistas: Pérsio Arida, André Lara Rezende e Edmar Bacha sob o comando de Fernando Henrique Cardoso (Pereira, 1998)

primas, essencial e exclusiva da agricultura, permite manter os preços estáveis desde que produção e consumo evoluam no mesmo compasso.

Conjugada a essa, vem a necessidade de se ampliar a disponibilidade de divisas externas através das exportações para suprir deficiências internas e atender importações de bens e serviços não disponíveis no mercado ou produzidos em quantidades insuficientes. O Brasil é pródigo de exemplos sobre essa função, basta observar a política de ciclos agrícolas que participaram na formação econômica brasileira durante sua história⁶

Outra função é a possibilidade de o setor rural transferir mão-de-obra para outros setores onde seriam empregados em atividades mais produtivamente. Nossa realidade mostra em várias situações o desacerto havido nesta transferência, já que a capacidade de recebimento desses setores não correspondeu às expectativas contribuindo na geração de graves problemas sociais como as favelas nas cidades e o fenômeno dos chamados “bóias-frias”, aglomerados na periferia de centros urbanos e mantendo certo vínculo de trabalhos com o meio rural.

Além dos recursos humanos o setor agrícola também pode contribuir no fornecimento de outros recursos, principalmente, nas fases iniciais do desenvolvimento, entre outros meios, através de transferências conseguidas pelos impostos, redução artificial de preços agrícolas pelas importações, controles e tabelamentos, o que drena indiretamente os recursos via consumidores. Ocorre também a transferência autônoma por força de queda na lucratividade agrícola, onde se procura minimizar os custos de oportunidades em novos investimentos.

Ocorre ainda a possibilidade da expansão do mercado interno através do setor agrícola onde passaria a consumir bens e serviços finais e utilizar na produção insumos modernos advindos de setores urbano-industriais, além de produzir alimentos e matérias-primas a preços baixos para o atendimento de demanda crescente.

Na atualidade, no Brasil, surge nova função a ser desempenhada pelo setor agrícola no processo de desenvolvimento, a produção da chamada bio-energia. Desde o final da

⁶ Dentre outros: pau-brasil, cana-de-açúcar, ouro, borracha, algodão, cacau, pecuária, café (Furtado, 1971). Na atualidade considera-se o ciclo da soja.

década dos anos 1970, com a criação do programa nacional do álcool anidro e hidratado, e, recentemente o incentivo à produção do combustível denominado Biodiesel, ambos a partir de variedades vegetais, que proporcionam a substituição de derivados de petróleo. Além de contribuir para a diminuição da evasão de divisas, geram-se novos empregos, diminui as disparidades regionais de renda e reduz os efeitos maléficos do petróleo ao meio ambiente, entre outras finalidades.

Cabe ressaltar que a importância do setor rural no processo de desenvolvimento é relativa. Assim se expressa ACCARINI, 1987.

[...] a seqüência natural é o suprimento de recursos ocupar uma posição de destaque no início do processo de transformação econômica, cedendo lugar, em seguida, à transferência de mão-de-obra e à expansão do mercado interno, para onde estão normalmente orientadas as indústrias que se instalam com vistas, sobretudo, à substituição de importações. Uma vez criadas as bases para o crescimento urbano-industrial, sua sustentação passa a exigir matérias-primas, tecnologias e equipamentos de origem externa, o que requer divisas para importá-los...as exportações agrícolas podem transformar-se na principal fonte de receita cambial, muitas vezes complementada por transferências ou empréstimos contraídos junto a bancos, instituições ou governos estrangeiros.

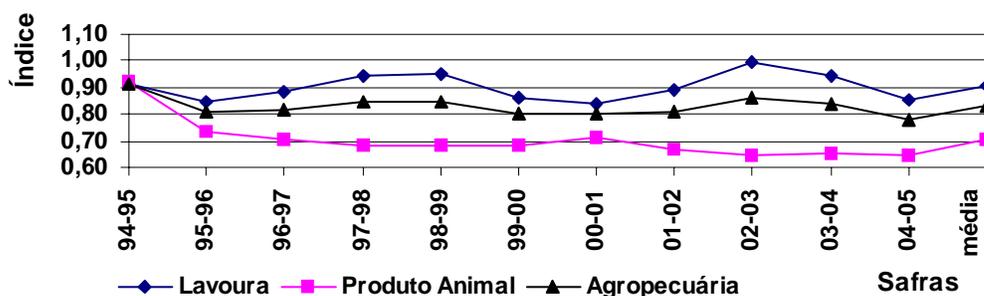
PRODUÇÃO AGRÍCOLA E O PLANO REAL

Sabe-se que a produção agrícola se realiza sob forma atomizada, com natureza biológica, sazonal, perecível, de difícil previsão e controle de qualidade, volumosa e dispersa, entre outras., que trazem dificuldades e complicações de inserção e competitividade. Apesar disso, a produção agrícola brasileira, tem se apresentado como real alternativa de sustentação de continuidade de políticas econômicas implementadas no País, tornando-se como uma verdadeira “âncora verde”⁷ que tem, conjuntamente às outras âncoras (fiscal, monetária, cambial), contribuído decisivamente na consecução dos objetivos pretendidos.

⁷ “âncora verde”, por analogia a “âncora cambial”, foi a expressão usada pelos representantes do setor para cunhar a contribuição que a agricultura deu para o sucesso do Plano Real (Gasques, 2004).

No gráfico 1, visualiza-se a evolução, por safra⁸, do índice médio de paridade agregado de produtos de origem agrícola no Brasil, a partir da edição do Plano Real. Observa-se que a relação entre os preços recebidos e pagos pelos produtores agrícolas se manteve desfavorável ao setor agrícola durante todo o período considerado, configurando transferência de recursos aos outros setores econômicos.

Gráfico 1. Evolução, por safra, do Índice médio de paridade agregado de produtos de lavouras, animais e agropecuária. Brasil. Safras: 1994/95 a 2004/05. Base: ago.94 = 1,00



Fonte: conjuntura econômica - FGV

Neste processo, de aviltamento dos preços recebidos, os produtos de origem animal são os mais prejudicados, nas onze safras do Plano Real, sua perda média, chega próximo de 30% a.a., apresentando média geral dos índices de paridade próxima de 70% a.a.. As piores safras desses produtos foram 02/03, 03/04 e 04/05 com perdas superiores a 34,5% a.a.. As safras com menores perdas foram 94/95 com 8% a.a. e 95/96 com cerca de 26% a.a.. Em seguida, os produtos de origem agropecuária⁹ também sofreram defasagem de paridade com os preços pagos pelos produtores agrícolas, chegando à média de 17% a.a.. As maiores perdas ocorreram em 00/01 e 04/05 com mais de 21% a.a. e as menores em 94/95 com 8,5% e 02/03 com 13,5% a.a.. Os produtos de origem das lavouras foram os que tiveram menor perda relativa, chegando próximo de 10% a.a., apresentando ainda, surtos de recuperação nas safras de 97/98 e 98/99 com perdas próximo a 5% a.a., na safra 02/03

⁸ utilizou-se o ano agrícola que pode proporcionar melhor representatividade das variações no setor, já que, cobre o período que conjuga a formação dos custos e vendas de uma safra.

⁹ Entende-se a produção diversificada de produtos agrícolas e pecuários de forma interativa no uso dos recursos produtivos na unidade produtiva.

praticamente sem defasagem e 03/04 com perdas em torno de 5% a.a.. As maiores perdas ocorreram nas safras 95/96 e 00/01 com cerca de 16% a.a. em cada.

ACCARINI, 1987, ao se referir sobre as formas de se realizar transferência de recursos do setor agrícola para outros setores, durante o processo de desenvolvimento, assim comenta:

[...] a mais usual é o governo lançar impostos ou reter percentual de receitas de exportações agrícolas, denominado confisco cambial...há mecanismos de transferência de recursos para outros setores que, diante da maneira como funcionam ou das circunstâncias que os cercam, enfrentam resistências menores ou, até mesmo, resulta de atitude deliberada dos próprios produtores e proprietários rurais. Quando o governo reduz artificialmente os preços agrícolas através de importações, controles ou tabelamentos e, assim, propicia maior renda disponível para os consumidores gastaram com produtos industriais ou serviços, há um estímulo para o crescimento do setor urbano. Trata-se, esse caso, de drenagem indireta e invisível de recursos de produtores rurais para setores urbanos, via consumidores.

Outro mecanismo de forte impacto no setor agrícola, refere-se à defasagem inflacionária sobre os preços recebidos pelos produtores, que caracteriza relações à jusante¹⁰ da agricultura, refletindo em produtos oriundos das lavouras e de animais, atingindo o mercado interno e externo.

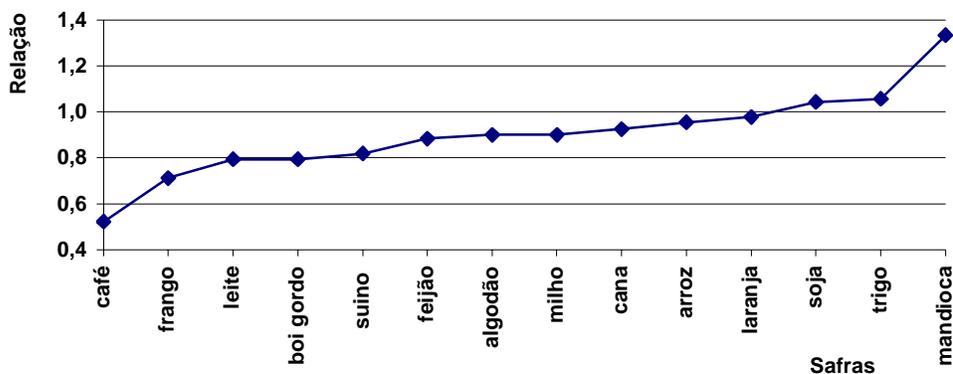
No gráfico 2, é apresentada a média anual da relação entre os preços recebidos pelos produtores e o índice geral de preços, tomado como o índice inflacionário, no período de vigência do plano real.

Observe que das 14 atividades selecionadas¹¹, apenas 3 (soja, trigo e mandioca), apresentaram relação de preços recebidos superior ao índice inflacionário, mostrando que, em média, obtiveram reajustes de preços superiores à desvalorização da moeda, o que poderia ser entendido como capitalização destas atividades. A surpresa fica por conta da cultura da mandioca que obteve resultado de ganho médio superior a 33% a.a. à defasagem inflacionária enquanto a soja apenas 4,2% a.a. e o trigo 5,6% a.a..

¹⁰ na composição do agronegócio, o termo jusante refere-se aos setores que se relacionam como compradores da agricultura e o termo montante aos setores fornecedores de seus insumos.

¹¹ Entre estas, as 10 de origem vegetal, representam aproximadamente 91% da área cultivada com lavouras e demandam 78% da força de trabalho agrícola em equivalentes-homens-ano. Seade. 2003.

Gráfico 2. Relação entre o Índice Médio de Preços Recebidos pelos produtores e o Índice Geral de Preços de produtos de origem agrícola. Brasil. Safras 1994/95 a 2004/05. Base: ago.94 = 1,00

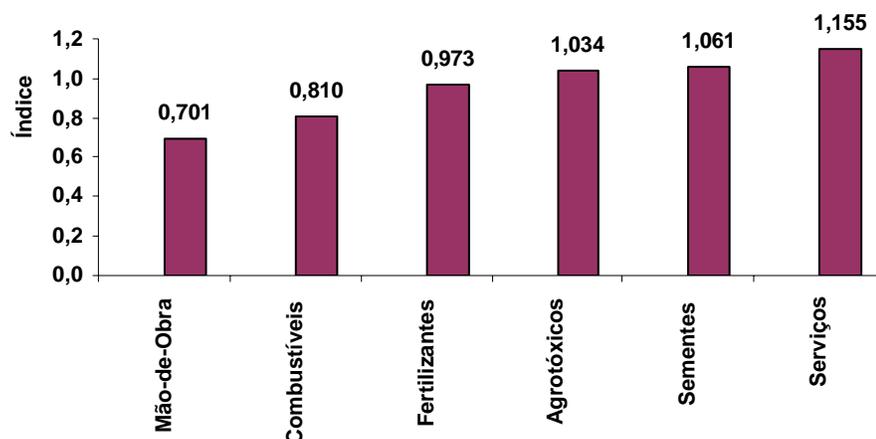


Ao contrário, os demais produtos apresentaram perdas relativas à inflação, durante o plano real, que vai de 2,3% a.a. na laranja a mais de 47% a.a. na cultura do café.

Seqüencialmente, a expressão da defasagem inflacionária apresenta-se aos produtos de origem animal com perdas média superior a 28% a.a. no frango, 20% a.a. no leite e no boi gordo, e, a perda no suíno foi em torno de 18% a.a.. As culturas do arroz, cana, milho, algodão e feijão tiveram perdas média, com relação à inflação, próxima de 10% a.a. cada uma delas. Neste caso, para as 11 atividades consideradas, está se caracterizando um processo de drenagem indireta e invisível de recursos de produtores rurais para setores urbanos, via consumidores.

Nos gráficos 3 e 4, são apresentados as médias dos índices de paridade para produtos de origem de lavouras e animais, a partir de 2000.

Gráfico 3. Índice médio de paridade entre preços recebidos pelos agricultores com produtos de lavouras e os preços pagos por insumos. Brasil. Anos: 2000-2005. Base: ago.94=1,00

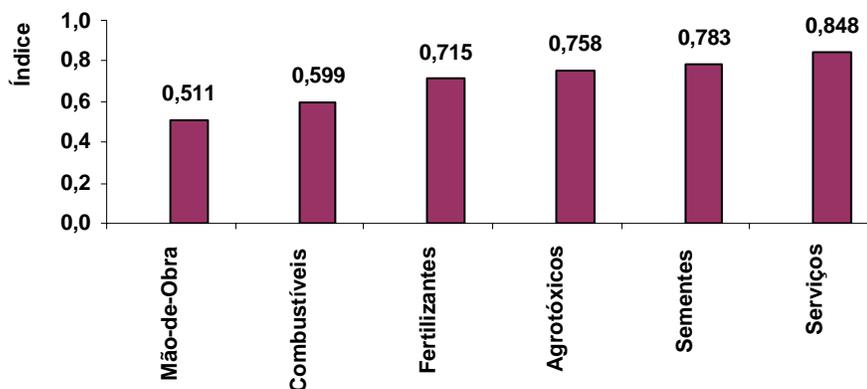


Fonte: conjuntura econômica - FGV

Observe que dos seis insumos considerados, a paridade de preços para produtos de lavouras, mostra que o produtor perdeu, em média, aproximadamente, 30% a.a. com relação à mão-de-obra, com combustíveis 19% a.a. e, fertilizantes 2,7% a.a.. Porém, com relação a agrotóxicos, sementes e serviços, existe certo ganho ao produtor de cerca de 3,4%, 6,1% e 15,5% a.a., respectivamente.

Em relação aos produtos de origem animal, os produtores sofreram maior descompasso no índice de paridade. Observe que em todos os insumos considerados existem perdas médias que vão de 48,9% a.a. na mão-de-obra até 15,1% a.a. na prestação de serviços a este segmento do setor agrícola.

Gráfico 4. Índice médio de paridade entre os preços recebidos pelos produtores de produtos de origem animal e os preços pagos por insumos. Brasil. 2000-2005. Base:ago.94 = 1,0



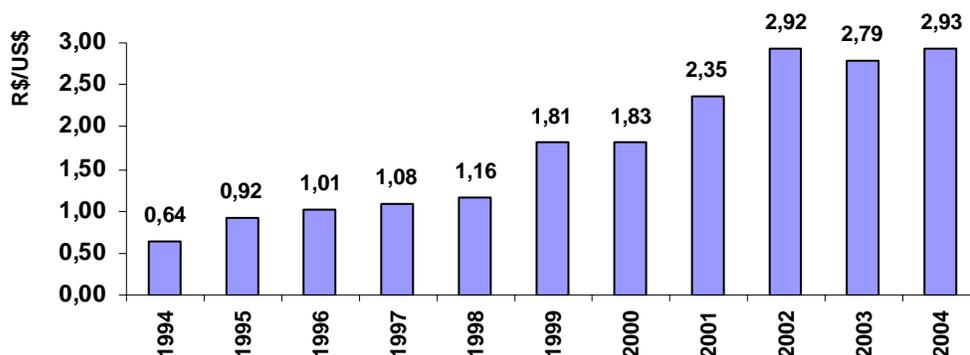
Fonte: conjuntura econômica - FGV

Quanto a relações comerciais internacionais, os reflexos no setor agrícola, são sentidos na medida que se altera a política cambial. Assim, o setor agrícola reage à política cambial adotada pós-plano real. BACHA, 1997, ao discutir os efeitos das variações cambiais sobre a agropecuária argumenta que:

[...]uma valorização cambial é prejudicial à agropecuária por duas razões: a) diminui a receita em reais obtida pelo segmento agrícola exportador, subsidiando os importadores, pois esses compram dólares com menos reais. Esse é um mecanismo de transferência de renda da agropecuária para outros setores. b) reduz o preço em reais de produtos agropecuários estrangeiros importáveis, o que força, via a concorrência, à redução do preço em reais de produtos agropecuários nacionais no mercado interno. Esses efeitos são o inverso dos colocados na situação de uma desvalorização cambial.

No gráfico 5, são expressos a média anual do valor da taxa de câmbio no período de 1994 a 2004. Observe que, em média, nos anos de 1994 e 1995, conviveu-se com uma valorização do real, em 1996 e 1997 estabeleceu-se certa paridade e a partir de 1998 ocorre persistente desvalorização da moeda brasileira.

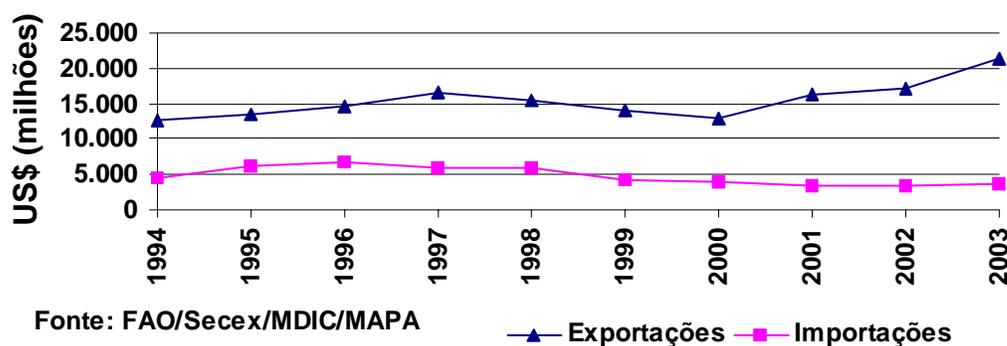
Gráfico 5. Média anual da taxa de câmbio. Brasil. 1994 a 2004.



Fonte: conjuntura econômica - FGV.

O gráfico 6, traz a expressão das exportações e importações do país, no período de 1994-2004, e revela que a partir de 1995 até 1999, teve-se excedente de importações sobre as exportações, entretanto, com a política de desvalorização cambial, passa-se a ter saldo comercial positivo ao Brasil.

Gráfico 6. Exportações e Importações agrícolas brasileiras. 1994-2003



Fonte: FAO/Secex/MDIC/MAPA

—▲— Exportações —■— Importações

Neste aspecto, a principal contribuição do setor agrícola à estabilização proposta pelo Plano Real, ocorreu de forma diferenciada, até 1995 subsidiando os importadores e transferindo renda para outros setores, e, conjugadamente, via aumento da concorrência, corrobora com a redução dos preços em reais de seus produtos. GASQUES et al., 2004,

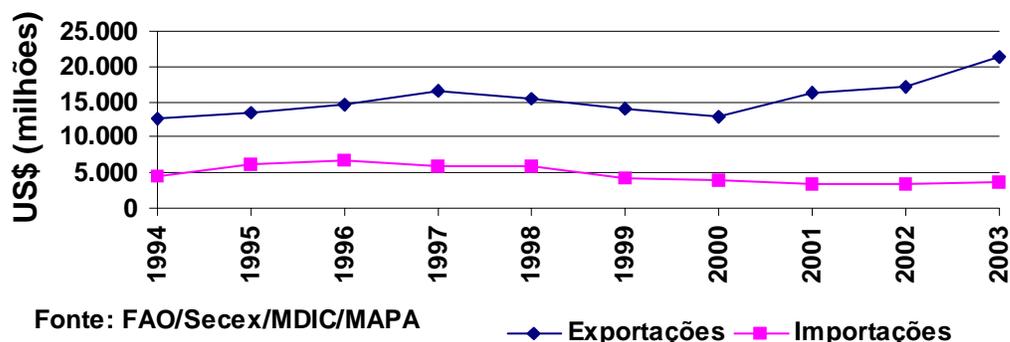
comentando sobre estabilização macroeconômica e agricultura pós-plano real, assim se expressa:

É verdade que, em sua fase inicial, o Plano Real também levou crise à agricultura. De fato, assim como os demais planos, e pelas mesmas razões, o Plano Real gerou um ciclo de euforia e crise no setor agrícola no biênio 1994-1995, deixando em seu rastro o aumento do endividamento agrícola...a maior concorrência vinda do exterior, decorrente da maior abertura comercial e da taxa de câmbio valorizada, atingiu o setor agrícola como um todo e foi magnificada em razão da maior exposição de nossos mercados aos países do Mercosul. Note-se, ainda, que ocorreu também um aumento do grau de concorrência dentro do setor e entre o setor agrícola e os demais setores da economia, graças à saída do governo dos setores de açúcar e álcool, café, leite e trigo, o que permitiu um desenvolvimento mais livre das relações entre o setor agrícola *stricto sensu* e os demais setores comerciais e industriais a jusante e a montante da agricultura.

Em seguida, até 1997, ocorre paridade cambial, o que, aparentemente, tem o papel de preparar o setor agrícola para conviver com a desvalorização cambial, e exercer sua função de ampliação da disponibilidade de divisas, através das exportações de seus produtos. Em 1998 inicia-se a escalada da desvalorização cambial com a média anual chegando a R\$/US\$ = 1,16, e, atinge R\$/US\$ = 2,93 em 2004, mais de 152% em seis anos ou mais de 25% a.a.

No gráfico 7, obtém-se visualização do comportamento das exportações e importações agrícolas no período considerado, revelando certa estabilidade de saldos de divisas positivas ao país até 1996 e pequeno acréscimo no período de 1996 a 2000, a partir daí cresce persistentemente a ampliação de disponibilidade de divisas advindas deste setor, basicamente com efeito duplo, crescimento das exportações e redução das importações ao mesmo tempo.

Gráfico 7. Exportações e Importações agrícolas brasileiras. 1994-2003



CONCLUSÕES

Das análises desenvolvidas pode-se concluir que:

Ocorreu transferência de recursos do setor agrícola, aos demais setores econômico, através principalmente, da relação desfavorável do índice de paridade agregado dos produtos de origem agrícola. A transferência de recursos é diferenciada por tipo de produto: os de origem animal, perderam em média, em onze safras do plano real 30% a.a., chegando a 34,5% a.a. nos piores momentos. Os produtos de origem agropecuária também sofreram defasagem com relação aos preços pagos, chegando perder em média 17% a.a., enquanto os de origem das lavouras foram os que tiveram menores perdas relativas, em média, próxima a 10% a.a., e, nos piores momentos até 16% a.a. de perda para os outros setores.

Ocorreu drenagem indireta e invisível de recursos do setor agrícola através do processo inflacionário durante o período analisado do plano real. As perdas relativas à inflação, também ocorreram de forma diferenciada em intensidade e por tipo de produto: os de origem animal, em média, sofreram defasagem inflacionária na ordem de 18% a.a. em suínos, 20% a.a. no boi gordo e leite, enquanto que para o frango chegou a ser superior a 28% a.a.. Os produtos de origem agrícola também apresentaram perdas relativas à inflação, em média, na ordem de 2,3% a.a. na cultura da laranja, e, em torno de 10% a.a. em cada cultura: arroz, cana-de-açúcar, milho, algodão e feijão, enquanto o café chegou a mais de 47% a.a. de defasagem inflacionária. Apenas três atividades apresentaram ganhos relativos à inflação, as culturas da soja 4,2% a.a., trigo 5,6% a.a. e mandioca superior a 33% a.a.

Ocorreram perdas para o produtor com relação à paridade entre os preços recebidos pelos produtos vendidos e preços pagos por insumos selecionados. Com relação a produtos de lavouras, em média, 30% a.a. com relação à mão-de-obra, 19% a.a. combustíveis e 2,7% a.a. com relação a fertilizantes. Nesses produtos, o produtor obteve ganhos, com relação aos agrotóxicos, sementes e serviços, em média, 3,4%, 6,1% e 15,5% a.a., respectivamente. Para produtos de origem animal, perdeu-se em todos os produtos, em média variando de 15,1% a.a. a prestação de serviços até 48,9% a.a. na compra de mão-de-obra.

O setor agrícola exerceu forte presença na estabilização do plano real. Sua contribuição ocorreu de forma diferenciada, até 1995 subsidiando os importadores e transferindo renda para outros setores e, via aumento da concorrência, reduzindo preços de seus produtos. A partir de 1998, com a desvalorização cambial, o setor agrícola passa a disponibilizar divisas externas com o crescimento das exportações e redução das importações.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ACCARINI, J. H. Economia Rural e Desenvolvimento: Reflexões sobre o Caso Brasileiro. Petrópolis. Vozes. 1987.

ARAÚJO, P. F. C. Agricultura no Processo de Desenvolvimento Econômico. In: Desenvolvimento da Agricultura. Natureza do Processo e Modelos Dualistas. São Paulo: Pioneira. 1975.

CONCEIÇÃO e J. C. de S. CARVALHO. Desempenho e Crescimento do Agronegócio no Brasil. Brasília. IPEA; 2004.

CONJUNTURA ECONÔMICA. Instituto Brasileiro de Economia – Fundação Getúlio Vargas. Diversos números. Rio de Janeiro.

CONJUNTURA ECONÔMICA. Elo Mais Fraco. Carta do IBRE. Instituto Brasileiro de Economia. Rio de Janeiro. Vol.52 nº 02. Fev/1998.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Disponível: <http://www.fao.org>.

FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Ed. Nacional. 1971.

GASQUES, J. G., G. C. de REZENDE. C. M. V. VERDE. M. S. SALERNO. J. C. P. R. da

JOHNSTON, B. F. & MELLOR, J. W. The role of Agriculture in Economic Development. In: The American Economic Review. Setembro de 1961.

PEREIRA, L. C. B. Economia Brasileira: Uma Introdução Crítica. 3ª edição revista e atualizada. São Paulo. Ed.34: 1998.

ROSSETTI, J. P. Introdução à Economia. 18ª ed. São Paulo: Atlas. 2000.

SANDRONI, P. Dicionário de Economia. 1ª ed. São Paulo: Best Seller. 1987.

SIMONSEN, M. H. & C. OLIVEIRA. A Nova Economia Brasileira. 3ª ed. Rio de Janeiro. J. Olympio: 1979.

TROSTER, R. L. & F. M. MORCILLO. Introdução à Economia: edição revisada e atualizada. São Paulo. Pearson Makron Books. 2002.